



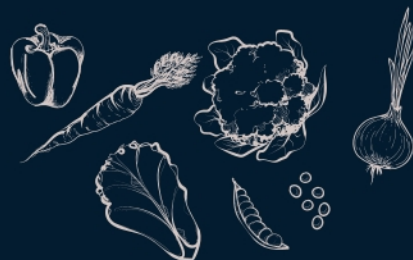
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Estado da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

**Comunidades quilombolas
do Litoral Médio do Rio
Grande do Sul: inventário
de referências culturais**



Comunidades quilombolas do Litoral Médio do Rio Grande do Sul: inventário de referências culturais

Carlos Renato Savoldi
Yves Marcel Seraphim
(org.)



Governador do Estado: Eduardo Leite

Secretário de Estado da Cultura (Sedac): Eduardo Loureiro

Diretor do Departamento de Memória e Patrimônio (DMP): Eduardo Hahn

Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae): Carlos Renato Savoldi

Redação: Yves Marcel Seraphim

Apoio técnico: Instituto Estadual do Livro
Justine Benedetti Dias

Projeto gráfico, ilustrações e editorial: Janaína Timm de Souza

Secretario de Desenvolvimento Rural (SDR): Vilson Covatti
Mariana Detoni - Henrique Ritter

Presidente Emater-RS/Ascar: Luciano Schwerz

Escritório Regional Porto Alegre: Regina da Silva Miranda

Escritório Regional Pelotas: Regina Gonçalves Medeiros

Gerência técnica: Fernanda dos Santos Gilli

Osório: Suzana Nunes Machado - Claudionir Fernandes R Ávila

Maquiné: Marineli Dorneles Meliga - Eduardo Brocca Lentz

Capivari do Sul: Gustavo da Silva Inácio

Palmares do Sul: Mônica de Andrade Arnt - Augusto Luiz P de Oliveira

Mostardas: Bruna Andreia Conte - Gustavo Chaves Alves - Caroline Souza de Quadros

Tavares: Sarah Fiorelli de Carvalho - Neiva Marlete Moreira Borges

São José do Norte: Pedro da Silva Neves - Sandra Fulber

S268c Savoldi, Carlos Renato.

Comunidades quilombolas do Litoral Médio do Rio Grande do Sul: inventário de referências culturais [recurso eletrônico] /

Organização de Carlos Renato Savoldi e Yves Marcel Seraphim.

– Porto Alegre: Iphae, 2025.

Apoio técnico: Instituto Estadual do Livro.

1 recurso online (ebook) : il.,

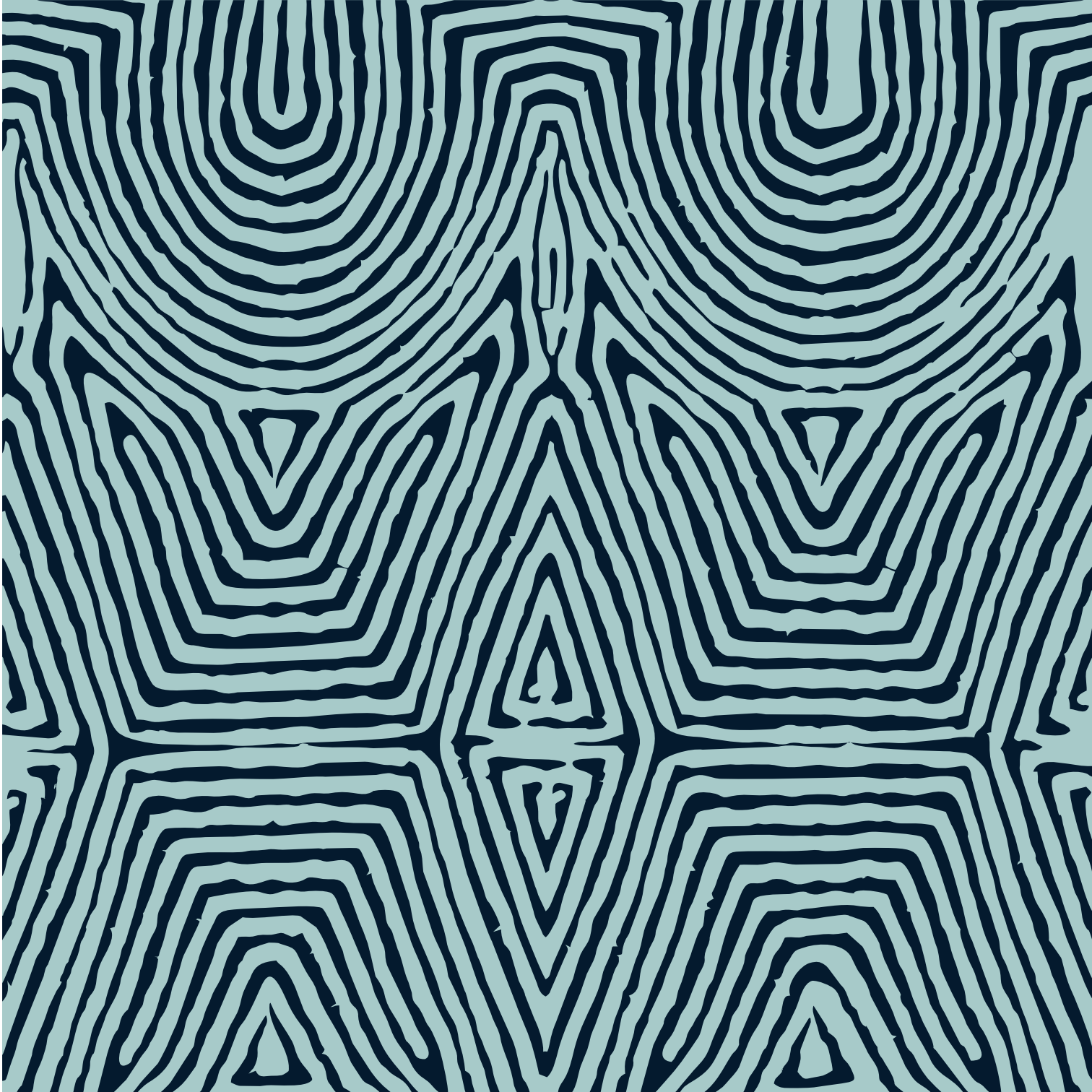
Inclui referências.

ISBN 978-65-89863-35-9

1. Comunidades quilombolas – Rio Grande do Sul. 2. Patrimônio cultural – Inventários. 3. Cultura afro-brasileira – Rio Grande do Sul. 4. Políticas culturais – Rio Grande do Sul. I. Seraphim, Yves Marcel. II. Título.

CDD 305.896081098162

CDU 305-054.17:316.72(816.2)





Sumário

Apresentação, 09

Contextualização, 13

Metodologia, 18

Referências Culturais das comunidades quilombolas do litoral médio, 23

Agrupamento das referências culturais por comunidade, 30

Agrupamento das referências culturais por temática, 37

Proposições para a política cultural quilombola, 62

Conclusão: quem faz o quê?, 68

Sabemos que o Rio Grande do Sul é formado por uma diversidade cultural tão rica que a tentativa de conhecer cada uma das peças desse mosaico requer um esforço sistemático. Integrando esse esforço, a presente publicação leva a cabo a tarefa de descrever a cultura de um conjunto de comunidades quilombolas situadas ao longo de nosso litoral.

Ainda que as referências culturais apresentadas aqui tenham foco nas particularidades desse segmento social e da sua região, não é difícil perceber como elas estão relacionadas com manifestações importantes para inúmeros gaúchos e gaúchas. As expressões religiosas, as práticas agrícolas, a culinária tradicional, entre outras, apontam para um fundo comum daquilo que a nossa população valoriza e luta para manter vivo.

Com esse inventário, a Secretaria de Estado da Cultura dá continuidade às políticas públicas de documentação das referências culturais do Rio Grande do Sul por meio da interlocução com as mais variadas comunidades do estado. Aqui o leitor encontrará uma valiosa iniciativa pública, responsável por ouvir os quilombolas e registrar sua história, seu dia a dia e suas reivindicações sobre a salvaguarda cultural. Agora é a vez de toda a população gaúcha dar sequência a esse processo de conhecimento e valorização de uma porção tão importante das tradições gaúchas.

Eduardo Leite
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Para conhecer e prestigiar as tradições culturais dos mais diversos segmentos sociais do nosso estado, a Secretaria de Estado da Cultura conta com o trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. A cultura dos quilombos do Litoral Médio registrada nesta publicação é cheia de particularidades que somente um inventário cultural consegue ressaltar. Assim, cumpre-se nossa atribuição de difundir um universo cultural que talvez muitos leitores no Rio Grande do Sul e fora dele ainda não conheçam.

Além disso, este inventário representa um passo rumo à ampliação do reconhecimento do patrimônio cultural negro no Rio Grande do Sul. Por meio deste trabalho, a Sedac fornece às comunidades quilombolas do Litoral Médio os subsídios necessários para que eles possam, se assim decidirem coletivamente, formular um pedido de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul para o arranjo compartilhado de referências culturais que elas julgarem mais relevante. Certamente, a Sedac, por meio do Iphae, estará novamente à disposição dos quilombos, e convidamos toda a sociedade civil para acompanhar os próximos desenvolvimentos dessa política de reconhecimento.

A publicação serve como um documento de aproximação entre as comunidades participantes do inventário e as políticas públicas da Sedac. Abre-se aqui um canal duradouro para que os quilombolas se apropriem da instância estadual de apoio à cultura. Com sorte, este trabalho servirá ainda de inspiração para que outras comunidades quilombolas do estado busquem a parceria da Sedac e do Iphae.

Eduardo Loureiro
Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul





Mestre Zango – Casca, Mostardas

Cupresentação

Este livreto foi escrito para servir como documento de apoio à reivindicação quilombola por seus direitos culturais diante de várias instâncias públicas. Para tanto, a Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), coordenou o levantamento de referências culturais das comunidades quilombolas do Litoral Médio – nomenclatura regional que inclui uma série de quilombos que vão desde Maquiné até São José do Norte e que é proposta pelos próprios quilombolas em seu fórum intercomunitário e intermunicipal de organização social e política. Para cumprir essa dupla função, a abordagem do patrimônio cultural envolve tanto a pesquisa dos componentes de uma rede complexa de tradições quanto a sistematização de obstáculos e queixas vivenciadas pelos sujeitos que dão vida a tal cultura. Espera-se que as comunidades quilombolas se sirvam deste produto técnico como instrumento de mudança em suas interfaces com o poder público nas instâncias municipal, estadual e federal.

A intenção é contribuir para uma maior autonomia das comunidades quilombolas no que tange à sua participação em políticas culturais, de modo que dependam menos de produtores externos e possam planejar o destino de seus próprios planos e dos recursos a eles vinculados. Em meio a esses objetivos, este livreto é um início modesto, mas importante; com sorte, todo esse trabalho no Litoral Médio do Rio Grande do Sul será o catalisador para abordagens cada vez mais abrangentes das comunidades quilombolas no estado.

Desde já, convém expressar agradecimento a todos os quilombolas que receberam as atividades do inventário, seja nos fóruns intercomunitários, nas reuniões de associação ou no cotidiano de suas casas e territórios. Agradecemos também aos profissionais da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e da Emater/RS-ASCAR que trabalharam na inventariação e na elaboração deste livreto.





Reunião – Vila Nova, São José do Norte

Contextualização

Em 2023, foi publicado o Diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul, resultado de uma pesquisa quantitativa produzida pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e pela Emater/RS-ASCAR. Entre diversos dados sobre tópicos como infraestrutura, renda e escolaridade, consta um levantamento preliminar de referências culturais. A expressão “referências culturais” não foi escolhida por acaso. O esforço para visualizar os contornos gerais da cultura quilombola do Rio Grande do Sul utilizou uma série de definições comuns ao vocabulário do patrimônio cultural. Não é à toa que o Diagnóstico faça referência a institutos de patrimônio, para onde os dados apresentados deveriam ser enviados para novas análises e aprofundamentos.

Desde então a Sedac, por meio do Iphae, busca cumprir essa expectativa de maiores desenvolvimentos voltados à dimensão cultural das comunidades quilombolas do estado. A intenção geral era reverter a ausência de referências culturais quilombolas no rol dos patrimônios reconhecidos pelo Estado. Esse propósito converge com o cumprimento das diretrizes previstas no atual Plano Estadual de Cultura (Lei nº 14.778/2015) a respeito da participação quilombola nas políticas públicas de cultura. Trata-se ainda de uma iniciativa que tenta fortalecer, por vias técnicas e participativas, uma presença iniciada também no Colegiado

Setorial de Culturas Populares, cuja composição prevê representantes do segmento quilombola. Tal colegiado integra, junto a outros colegiados setoriais, o Sistema Estadual de Cultura, instância de articulação entre sociedade civil, órgãos municipais, estaduais e federais de cultura.

Comunidades Quilombolas



Comunidades quilombolas são grupos sociais negros (ou de ascendência negra) marcados por um nexo histórico entre uma rede de parentesco e a vivência em um determinado território, seja ele rural ou urbano. Essa identidade coletiva é um direito social a ser assegurado pelos instrumentos de certificação das comunidades quilombolas por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP) e pela titulação de terras via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A perspectiva antropológica das comunidades quilombolas, fundamentada no vínculo entre parentesco e terra, está consolidada na legislação brasileira e atualiza a obsoleta definição colonial de que “quilombo” designaria apenas a ocupação espacial de conjuntos de escravizados fugidos e seus descendentes. Diversos estudos históricos no Brasil demonstram que a formação distintiva de comunidades negras ocorria, muito além dos episódios de fuga e resistência armada, em casos de testamento, aquisição de terras e outras estratégias em prol da retomada daquilo que a escravidão havia retirado – ou tentado retirar – desses sujeitos, uma terra à qual pertencer e a autonomia sobre seus laços sociais.

No Rio Grande do Sul, é recente a regulamentação do processo oficial de patrimonialização voltado a referências culturais de natureza imaterial, ou seja, àquelas manifestações cotidianas da cultura popular na forma de saberes, formas de expressão, celebrações e lugares significativos. A conceituação de patrimônio cultural imaterial está prevista na Lei nº 13.678/2011 (atualizada até a Lei nº 16.148/2024) e foi somente em 2019,

com o Decreto nº 54.763, que a legislação foi regulamentada. Além disso, os anos de pandemia impossibilitaram as interações pessoais necessárias à pesquisa de patrimônio imaterial. Assim, os primeiros Registros de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul foram concluídos apenas em 2023.

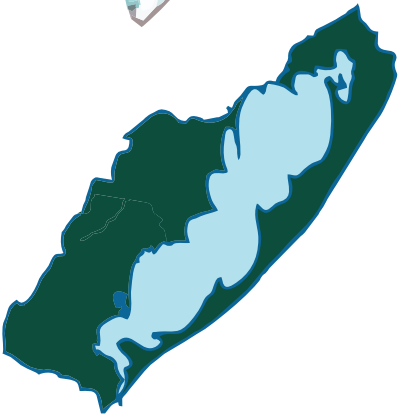
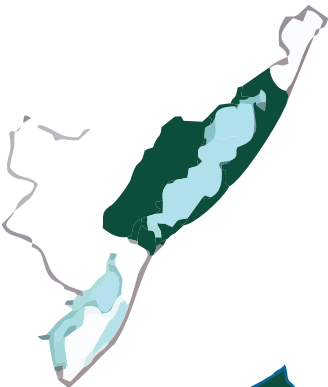
Tendo em vista o escopo estadual de atuação, não faria muito sentido que a evolução da política cultural se limitasse a uma única comunidade ou a um só município. Por outro lado, a valorização das práticas locais na metodologia do patrimônio seria incompatível com um reconhecimento comum a todos os quilombos do estado, coisa que apagaria sua diversidade. Era preciso começar por uma escala intermediária, preferencialmente regional. Foi assim que, em 2023, após reuniões com os profissionais que conduziram o trabalho do Diagnóstico, surgiu a ideia de o Iphae se dirigir às comunidades quilombolas do Litoral Médio, que, além de formarem um conjunto regionalizado, organizam-se há anos em uma instância intercomunitária, o Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio. A existência do Fórum era um outro diferencial que permitiria o Iphae apresentar e discutir as possibilidades da patrimonialização em uma arena compartilhada por diferentes quilombos.

Ainda em 2023, servidores da Sedac e da SDR introduziram a temática do patrimônio imaterial para representantes de boa parte das comunidades do Litoral Médio em uma reunião extraordinária na sede do quilombo dos Teixeiras em Mostardas. Na ocasião, explicou-se o que é a política de patrimônio cultural e como um inventário cultural poderia ser uma maneira de ingressar nela. Desde então, a Sedac e a SDR estiveram presentes em diversas reuniões das associações quilombolas, em encontros do Fórum e em outras visitas às comunidades. Em todas essas ocasiões, contaram com o apoio da Emater/RS-ASCAR e dos próprios quilombolas, que acolheram diversas atividades. O objetivo da inventariação era fornecer às comunidades quilombolas do Litoral Médio os subsídios necessários para uma eventual solicitação de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul para algum conjunto delimitado das referências culturais que elas possuam em comum.

Das dez comunidades participantes do Fórum, oito participaram diretamente do inventário. Outras duas preferiram não integrar essa etapa das atividades. No período em que o inventário começaria, uma delas, a comunidade dos Teixeiras (de Mostardas) havia participado recentemente de uma exposição em parceria com outra divisão da Sedac, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), intitulada Quilombo dos Teixeiras: território e ancestralidade no Litoral Negro do RS. A exposição incluiu artefatos, documentos e outras referências, formando um conjunto cultural semelhante àqueles produzidos no inventário. Por sua vez, a comunidade Anastácia Machado (de Tavares), chegou a desenvolver a primeira etapa de levantamento de referências culturais, mas optou por concentrar seus esforços coletivos no processo que se iniciava para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), passo essencial para a titulação das terras em nome da associação quilombola. Em todo caso, as comunidades que não estiveram envolvidas na inventariação seguiram e seguem convidadas à participação em outras etapas deste trabalho entre quilombolas e a Sedac por meio do Iphae.

Comunidades quilombolas do Litoral Médio conforme seus municípios

Município	Comunidade
Maquiné e Osório	Morro Alto
Capivari do Sul	Costa da Lagoa
Palmares do Sul	Limoeiro
Mostardas	Casca
	Teixeiras
	Beco dos Colodianos
Tavares	Vó Marinha
	Capororocas
	Anastácia Machado
São José do Norte	Vila Nova



Metodologia

O inventário cultural é o instrumento de identificação e documentação para o levantamento e a caracterização básica de referências culturais. É realizado mediante a compilação de informações em fichas padronizadas, abrangendo tópicos desde a descrição de uma referência cultural até relatos sobre eventuais dificuldades de manutenção do bem e sugestões para a sua futura salvaguarda. A intenção é que o mesmo processo que serve para detalhar as particularidades de uma manifestação cultural seja o que oportunize a esquematização dos problemas vivenciados pelos detentores. Os dados apresentados nas fichas são produzidos em entrevistas, rodas de conversa, reuniões formais, produções audiovisuais, consulta a acervos locais e particulares, além de pesquisas bibliográficas.



No campo do patrimônio cultural, chamamos de detentores os sujeitos que vivenciam as práticas que integram as referências culturais. Embora diferentes pessoas possam participar, conhecer ou desfrutar as referências culturais, há um conjunto de pessoas responsáveis por sua existência, vivacidade e persistência. Esses sujeitos devem estar no centro das políticas de patrimônio, desde o inventário até o planejamento de ações de salvaguarda.

O trabalho de campo de inventariação foi realizado pelos extensionistas da Emater/RS-ASCAR em seus respectivos municípios de atuação, onde o atendimento às comunidades quilombolas já faz parte de suas atribuições. Para a atuação no âmbito do patrimônio cultural, eles foram capacitados pela Sedac, que também lhes forneceu fichas simplificadas de inventário e que, em algumas ocasiões, esteve presente nas conversas com as comunidades.

A sequência de atividades do inventário foi a seguinte:

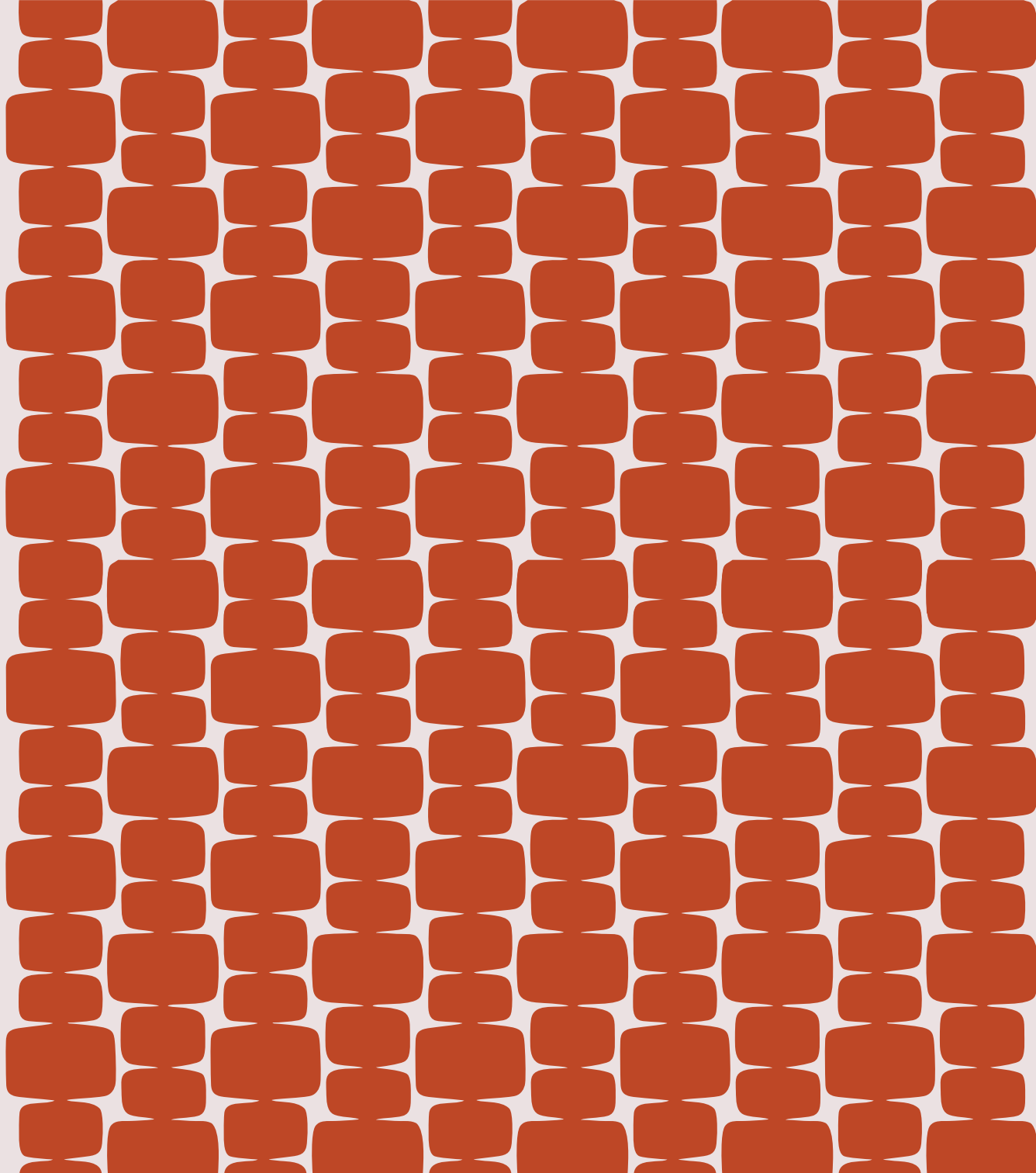
1. **Sessão de levantamento preliminar de referências culturais:** uma reunião inicial em que a proposta de inventário era repetida e os participantes eram instigados a mencionarem todo tipo de referência cultural existente na comunidade. Depois de deliberação, os presentes selecionavam quatro referências para comporem os temas das próximas sessões do inventário;
2. **Sessões temáticas:** quatro sessões de atividades organizadas na forma de entrevistas individuais ou rodas de conversa concentradas sobre cada uma das referências escolhidas no levantamento preliminar.

Depois das atividades presenciais com as comunidades, coube aos extensionistas redigir as informações discutidas nas fichas de inventário, que eram arquivadas em uma pasta de Google Drive, junto de outros documentos, como fotografias, vídeos ou áudios. Recebidas as fichas e seus materiais anexos, a Sedac passou a organizar suas informações, cruzando dados em busca tanto de padrões comuns quanto de peculiaridades distintas. Em particular, a análise agrupou dificuldades, queixas e possibilidades de salvaguarda.

Com o propósito de atestar a transparência do processo, a Sedac e a SDR, novamente apoiados pelos extensionistas da Emater/RS-ASCAR, retornaram às comunidades em 2025. Essas reuniões de validação representavam uma oportunidade para os quilombolas conhecerem os resultados do inventário em todas as comunidades e, sobretudo, para ouvirem, respaldarem ou criticarem um conjunto de proposições estruturadas em torno de problemas compartilhados pelos vários quilombos do Litoral Médio.

As visitas reiteradas às comunidades são importantes por dois motivos: 1) a repetição é um meio de fortalecer o conhecimento acerca dos direitos culturais sob o marco das políticas de patrimônio cultural. 2) os quilombolas, como outras comunidades tradicionais, estão habituados a receber representantes de projetos que, após uma primeira apresentação ou conversa, não voltam aos locais ou cujas atividades jamais chegam a acontecer, logo, é importante que o serviço público se esmere para estabelecer relações duradouras com os grupos sociais que atende.

Este livreto pretende sintetizar os processos de pesquisa e participação das comunidades. Foi com base nas fichas, entrevistas, reuniões e outras comunicações, além de eventuais consultas bibliográficas, que estas páginas foram redigidas. Como em qualquer inventário, é provável que haja incompletudes, imprecisões ou equívocos interpretativos nas informações aqui apresentadas. A esse respeito, vale lembrar que o propósito deste trabalho não foi o de ser exaustivo, mas o de abrir ou consolidar a interface das políticas do patrimônio cultural para um conjunto de referências culturais quilombolas que, na etapa de inventário, importam mais pela rede simbólica que formam do que pelos detalhes de seus elementos individuais.





Benzedura – Beco dos Colodianos, Mostardas

Referências culturais das comunidades quilombolas do litoral médio

O levantamento geral do inventário reuniu uma variedade ampla de tipos de referências culturais. Enquanto algumas comunidades fizeram menção às suas hortas, outras falaram de sementes específicas; enquanto uma comunidade chamou sua culinária de “quilombola”, outra a classificou como “afro” e outra, ainda, como “tradicional”. Logo, assim como existe uma diversidade de referências, existe uma variação legítima nos nomes que cada comunidade ou indivíduo adota para se expressar sobre elas.

Diferenças entre referências culturais e patrimônio cultural

Embora o reconhecimento oficial como "patrimônio cultural" seja o fruto do esforço de uma comunidade de detentores em colaboração com o poder público, precisamos lembrar que existem outros elementos de uma cultura que, mesmo não passando pelo processo institucional de patrimonialização, devem igualmente ser valorizados. Assim, a expressão “referências culturais” é utilizada para falarmos de todo tipo de prática, objeto, edificação, memória, narrativa ou mesmo pessoas e eventos que fazem

parte do cotidiano e do pensamento de um grupo social, sejam esses elementos patrimonializados ou não. Para reunir e descrever tais elementos, bem como o modo com que as pessoas os vivenciam e refletem sobre sua história, são realizados os inventários, que permitem conhecer melhor essas referências. A solicitação de patrimonialização, ou seja, o processo institucional de reconhecimento oficial, não deve servir unicamente para conferir valor às referências, afinal, em vários exemplos a valorização já é uma realidade na comunidade de detentores. Os atos de Registro (para o patrimônio imaterial) e Tombamento (para o patrimônio material) oficializam uma relação de apoio entre Estado e comunidade, de modo que as pessoas possam contar com uma rede ampla para sustentarem aquelas referências que consideram merecer visibilidade e amparo ou que contraponham eventuais obstáculos à continuidade cultural. Em resumo, usamos a ideia de referências culturais de forma ampla, independentemente de patrimonialização, enquanto a definição de patrimônio cultural passa por processos participativos, técnicos, jurídicos e administrativos de oficialização. Este inventário resulta em um produto técnico completo em si próprio, mas poderá, se as comunidades quilombolas assim demandarem, servir como fundamento empírico para um Registro de Patrimônio Cultural Imaterial. Nesse caso, um novo trabalho de pesquisa será feito para complementar as informações sobre a referência cultural a ser registrada.

Passado o trabalho inicial feito em cada comunidade quilombola, fica o desafio de agrupar as referências levantadas tentando equilibrar a dinâmica entre realidades compartilhadas (mesmo que sob diferentes nomes ou expressões) e a especificidade de certos detalhes. Dado que este inventário foi realizado para todo um recorte regional, coube enfatizar as questões em comum e juntar referências que, num primeiro momento, estavam apartadas. Os agrupamentos temáticos sugeridos não são definitivos e seguem abertos à discussão.

Além disso, vale lembrar que eventuais ausências de uma referência cultural na listagem de uma comunidade não permite concluir que tal referência não exista por lá. As listagens refletem apenas aquilo que se escolheu destacar na sessão preliminar de levantamento. Por esse e outros motivos, mais importante do que uma correspondência direta entre as curtas listagens de referências e a extensa realidade das comunidades é a formação de uma rede regional de referências culturais que permita enxergar, por proximidade ou distância, as relações entre as comunidades quilombolas do Litoral Médio.

Nesse sentido, existem alguns padrões identificáveis ao longo das várias referências culturais. Quatro padrões se destacam: 1) *a ênfase na memória*; 2) *a ligação entre cultura e trabalho*; 3) *os laços entre quilombolas e outros grupos sociais*; 4) *a formação de uma rede cultural quilombola no Litoral Médio*.

Em primeiro lugar, há uma ênfase na **dimensão da memória**, ou seja, em destacar referências já não presentes no cotidiano contemporâneo, mas que servem de esteio para uma oposição entre passado e presente. Antigamente, era o tempo das parteiras; hoje, dos hospitais. São os mais velhos que se alimentaram por mais tempo com as refeições tradicionais locais; hoje tais alimentos cedem lugar a produtos industrializados. As celebrações e a fé nos tempos idos são descritas como mais fortes do que as do presente. E assim por diante. Tudo isso, no entanto, não deve ser visto simplesmente como o pessimismo de uma suposta perda cultural. O que há é a conformação de um olhar histórico feito com base nos detalhes da própria vivência das comunidades, em vez da utilização exclusiva de marcos cronológicos externos. Também a formalização de uma política quilombola é concebida menos pela publicação de normas e pela realização de atividades técnicas do que pela articulação interna de cada comunidade. Inclusive a época de organização social e política das comunidades no início dos anos 2000 é rememorada por meio do contraste entre os espaços improvisados que acolheram as primeiras reuniões e as sedes depois construídas para a nova rotina das associações formadas. Há um tempo antes e um tempo depois das associações e tal passagem é tão pertinente para os

quilombolas que ela se inseriu na listagem de referências culturais contemporâneas.

Outro padrão recorrente está na frequência com que **atividades de trabalho** são mantidas como referências culturais. Tal vínculo passa tanto pela valorização das habilidades necessárias às tarefas do passado (como a técnica de fazer réstias de cebola) quanto pela busca por autonomia econômica em atividades como as da horta. Mesmo o repertório local de benzimentos envolve uma série de curas para adoecimentos gerados pelo trabalho extenuante nas lavouras. Também as promessas feitas aos santos podem incluir, além de intervenções divinas na saúde de pessoas adoentadas, a esperança de que os cultivos vinguem e a colheita seja farta. Evidentemente, qualquer menção à culinária local se fundamenta no esforço e nas técnicas do trabalho doméstico, ocupado, sobretudo, pelas mulheres. Em várias frentes, as atividades de trabalho antigas e atuais se apresentam como norteadoras das respostas que os quilombolas formulam em seu próprio modo de registrar e valorizar sua história e sua cultura. De uma forma ou de outra, a elaboração cultural dos processos de trabalho age na direção de dar contornos próprios a atividades frequentemente feitas para o rendimento de outros sujeitos.

Nessa esteira, um terceiro tipo de padrão identificado no inventário diz respeito a como as referências culturais **vinculam as comunidades quilombolas a outros grupos sociais em seu entorno**. Essa percepção é importante para evitar caracterizações estereotipadas, que pretendem igualar a realidade quilombola a uma de isolamento social. O que o inventário aponta é que, além dos vínculos econômicos assimétricos, as manifestações culturais do Litoral Médio evidenciam uma rede de relações em que os saberes quilombolas eram e são pontos de passagem obrigatório para diferentes segmentos. Convém apontar que a celebração religiosa dos ensaios de pagamento de promessa, ainda que realizados exclusivamente por dançantes quilombolas, pode ser encomendada por promesseiros não quilombolas. Além disso, as parteiras e benzedeiros de referência para os quilombolas atendiam suas localidades, e não apenas membros da mesma comunidade. As habilidades artesanais também eram compartilhadas com outros camponeses da região. O exemplo mais nítido nesse sentido é o do

teatro “Raízes Culturais”, desenvolvido pela comunidade de Capororocas justamente com o intuito de apresentar para fora do seu quilombo a história do ensaio de pagamento de promessas e da exclusão social vivida pelos quilombolas. Por vários meios, a cultura dos quilombolas do Litoral Médio integra plenamente as tradições regionais de tal modo que eles próprios, conscientes desse grau de articulação, propõem formas de interação voltadas à difusão de sua história.

Em contrapartida, ressaltar a participação dos quilombolas do Litoral Médio na cultura regional não deve dissipar a compreensão de que existe uma **rede cultural particular aos quilombos**. O estudo da historiadora Claudia Daiane Molet demonstra a profundidade temporal da inter-relação das comunidades formadoras do que ela chama de Litoral Negro (ver a seção Para saber mais). Hoje, essa rede intercomunitária se expressa tanto em termos culturais quanto em termos políticos, em um projeto reivindicatório compartilhado. Contudo, tal partilha não deve ser concebida como uma repetição das mesmas referências culturais em todas as comunidades, mas como um sistema de complementações e variações. Alguns quilombos não possuem dançantes de ensaio de pagamento de promessas, mas encomendam os ensaios, parte igualmente integrante da prática religiosa. Enquanto os ternos de reis e julinos permanecem ativos em um ou outro quilombo, outros apenas mantêm memórias das cantorias de antigamente. Certas variedades vegetais e certos preparos culinários estão espalhados pelo litoral, eventualmente mantidos com mais afincio por uma comunidade do que pela outra. No fim, boa parte da especificidade regional está no modo como os quilombos equilibram uma dinâmica de diferenciação e aproximação entre eles próprios.

Agora, passaremos às referências. Incluímos uma listagem geral por comunidade, redigida com base nos termos com que cada uma delas optou por se referir às referências durante a sessão de levantamento preliminar. Em seguida, a descrição das referências está agrupada, juntando diferentes comunidades e referências que se apresentaram, de um ponto de vista geral, como variantes umas das outras. Por isso a listagem geral não é idêntica à etapa descritiva.

Antes, seguem mais algumas instruções de leitura. A listagem abaixo compilou as informações das fichas produzidas pelos extensionistas, em que havia espaço para preenchimento da classificação das referências com base na tipologia habitual do patrimônio imaterial, a saber, a distinção entre saberes, formas de expressão, lugares e celebrações. Eventualmente mais de uma categoria foi selecionada para uma mesma referência. A operacionalidade dessa distinção é importante para que, desde as etapas iniciais do trabalho, os participantes percebam a gama variada de elementos que podem ser incluídos no inventário.

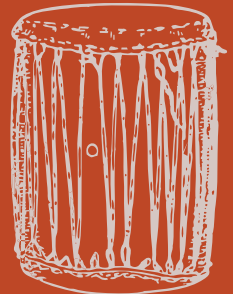
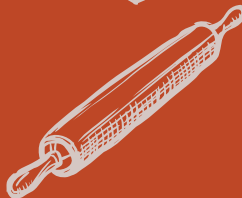
Além disso, as fichas incluíam um campo para que se indicasse a situação de manutenção de cada referência. Seguindo outro expediente do patrimônio cultural, as situações se dividem em: vigente, quando a referência é praticada no cotidiano contemporâneo da comunidade; em risco, quando a comunidade considera que a referência está sendo pouco praticada atualmente ou que apenas poucos indivíduos ainda sabem realizá-la; e memória, quando a referência discutida já não é mais praticada na comunidade, permanecendo relevante, porém, para a sua memória. Em alguns casos neste inventário, as comunidades ficaram em dúvida sobre qual seria a melhor forma de resumir a situação e, portanto, sugeriram uma indicação dupla. Em outros casos, a dupla ou mesmo tripla situação corresponde ao fato de que uma referência cultural forma um conjunto, em que alguns dos componentes ainda são praticados, ao passo que outros não. A intenção dessas classificações não é firmar um veredito sobre as condições atuais da cultura em questão, mas proporcionar estímulo para que os momentos de inventariação incluam também reflexões das comunidades a respeito das mudanças ou permanências históricas de suas próprias práticas.



Terno de Reis – Vovô Virgilino, Tavares



Grupamento das referências culturais por comunidade



Agrupamento das referências culturais por comunidade

Morro Alto (Maquiné-Osório)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Casa-Grande; Senzala	Lugares	Em risco (Casa-Grande); Memória (Senzala)
Nº 2	Morro Alto	Lugares	Vigente / Em risco
Nº 3	Associação Rosa Osório Marques	Lugares	Vigente / Memória
Nº 4	Fazeres da banana	Saberes / Lugares	Em risco

Costa da Lagoa (Capivari do Sul)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Lagoa do Capivari	Lugares	Vigente
Nº 2	Festa de Nossa Senhora dos Navegantes	Celebrações	Vigente
Nº 3	Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes	Formas de expressão	Vigente
Nº 4	Plantações e suas formas	Saberes	Em risco

Limoeiro (Palmares do Sul)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Culinária Quilombola	Saberes	Em risco
Nº 2	“Antiga Escola”	Lugares	Memória
Nº 3	Benzeduras e simpatias	Saberes	Em risco
Nº 4	“Causos” de assombração	Formas de expressão	Em risco

Casca (Mostardas)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Terno de Reis	Formas de expressão / Celebrações	Vigente
Nº 2	Ensaio de promessas	Formas de expressão / Celebrações	Memória
Nº 3	Ervas medicinais, benzeduras e parteiras	Saberes / Formas de expressão	Vigente / Em risco / Memória (em ordem)
Nº 4	Roça e alimentação	Saberes	Vigente / Em risco / Memória

Beco dos Colodianos (Mostardas)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Roça e alimentação	Saberes / Formas de expressão	Vigente
Nº 2	Saúde tradicional, Chás e Memórias das parteiras	Saberes / Formas de expressão	Vigente / Memória
Nº 3	Terno de reis	-	-
Nº 4	Ensaio de pagamento de promessa	-	-

A comunidade Beco dos Colodianos discutiu apenas duas referências culturais porque na época da inventariação um dos membros mais velhos, apontado como o principal conhecedor de outros assuntos que seriam tematizados (o Terno de reis e o Ensaio de pagamento de promessas), estava doente. Por isso, sabemos quais são as quatro referências da comunidade, mas desconhecemos o modo com o qual as classificariam e como descreveriam sua situação. Em todo caso, vale indicar que essas duas referências aparecem também em outras comunidades.

Capororocas (Tavares)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Ensaio do pagamento de promessas	Formas de expressão / Celebrações	Vigente
Nº 2	Terno Junino	Saberes/ Formas de expressão/Celebrações	Vigente
Nº 3	Teatro raízes culturais	Formas de expressão / Celebrações	Vigente
Nº 4	Culinária afro	Saberes	Em risco

Vó Marinha (Tavares)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Réstia de cebola	Saberes	Em risco
Nº 2	Pagamento de promessa	Formas de expressão / Celebrações	Vigente
Nº 3	Feijão miúdo	Saberes	Em risco
Nº 4	Encouramento de tambor	Saberes	Vigente

Vila Nova (São José do Norte)

Sessão Temática	Referência Cultural	Classificação da referência	Situação
Nº 1	Modos de produção	Saberes / Lugares	Em risco
Nº 2	Habilidades manuais	Saberes	Em risco
Nº 3	Alimentação	Saberes / Formas de expressão	Em risco
Nº 4	Saúde	Saberes / Formas de expressão	Em risco



Capelinha – Costa da Lagoa, Capivari do Sul



Grupamento das referências culturais por temática





Práticas agrícolas

Nos solos disponíveis, não muito numerosos atualmente, os quilombolas aproveitam para cultivar diferentes vegetais e criar algumas espécies animais que complementam as refeições do cotidiano ou que são comercializadas localmente. No entanto, é importante que não vejamos esses plantios “para o gasto”, como se costuma dizer no interior para o cultivo com o objetivo de consumo próprio, como simples componentes nutricionais. Em suas roças e hortas, diversos quilombolas fazem de uma estratégia econômica um meio de manutenção de gostos, texturas e interações com o ambiente, que se conhece por meio do chão e da enxada. Especialmente quando comparados aos postos de trabalho que muitos quilombolas possuem fora da comunidade, seja como de mão de obra contratada para serviços agrícolas nas fazendas do Litoral Médio, seja em empregos urbanos, os afazeres dos cultivos próprios permitem uma autonomia ímpar. Essa relação marca a identificação entre as comunidades quilombolas e a terra que habitam.

Garantir uma boa colheita exige uma série de técnicas e conhecimentos. Ainda antes do plantio, por meio do costume de trocarem mudas e sementes entre si, os quilombolas dão vida a uma circulação de variedades vegetais entre hortas, roças, comunidades e municípios. Nesse sentido, a atual

organização de feiras de troca de variedades vegetais consolida um hábito tradicional. Mas de nada adiantaria ter uma coleção de sementes e não conseguir conservá-las para o plantio futuro. Para assegurar sua resistência, os quilombolas desenvolveram diferentes métodos. Anos atrás, na comunidade da Vila Nova, quando colhiam o feijão miúdo, o jeito era usar as areias das dunas próximas. Antes de serem usados na alimentação, os grãos eram peneirados. Hoje, nas várias comunidades, o mais comum é armazenar as sementes em garrafas PET, que podem ser mantidas resfriadas em geladeiras.

Com mudas, ramas e sementes em mãos, é preciso atentar aos sinais do ambiente indicando a hora mais propícia para o plantio. Os antigos classificavam os períodos de cultivo de acordo com as fases da lua. Na comunidade da Costa da Lagoa, por exemplo, constatou-se que o período de lua minguante é bom para o plantio de tubérculos e raízes (como batata e cenoura), que lua nova era mais adequada plantar folhosas (como couve e cebolinha) e a lua crescente para alimentos como tomate, feijão, abóbora e milho. Na comunidade da Casca os mais velhos planejam o trabalho agrícola conforme os ventos, bastante marcantes nessa região de planície costeira. O importante era evitar plantios em momentos de vento sul, que, como diziam, “mata tudo”.

Na comunidade Vó Marinha, os quilombolas enfatizaram o uso do feijão miúdo tanto nas refeições humanas quanto na alimentação da criação, além de a semente produzir uma forragem de qualidade para recuperação do solo cultivado. Outra vantagem do feijão miúdo é sua resistência a períodos de estiagem. Ainda assim, por ser pouco valorizado no comércio, os quilombolas testemunham a diminuição dessa semente tradicional. O feijão miúdo é apenas um exemplo, entre outros, de variedades locais que os quilombolas valorizam. Reunindo algumas das variedades mencionadas nos quilombos do Litoral Médio, encontramos ainda outros feijões, como o preto, o rim de porco, o mourinho e o roxinho. Nas lavouras da região crescem também o milho cateto, o aipim amarelo (ou gema de ovo) e, no passado, o aipim serrano. Os tipos de batata listados foram a americana, a pé de galinha, a olho de boi e a batata abóbora.

Na localidade da prainha, espaço relacionado ao território quilombola de Morro Alto, o cultivo e o manejo da banana persistiram ao longo das décadas em que algumas famílias ali se instalaram. Além da comercialização, os quilombolas aproveitavam e aproveitam a banana de várias formas, seja fritando-a para fazer paçoca, assando-a na chapa ou ainda desidratando-a. Com o umbigo da bananeira,

fazem ainda um xarope para a garganta. Como em outros casos, a dificuldade da manutenção do cultivo se dá pelo baixo engajamento das gerações mais jovens nas atividades agrícolas.

Toda essa diversidade vegetal cultivada, que pode ser chamada de agrobiodiversidade, é acompanhada por um conjunto igualmente diversificado de trabalhos cooperativos. Além de os espaços de plantio ocasionarem o processo de ensino e aprendizagem através das gerações de uma mesma família, tais locais são o palco de trocas de dias, quando pessoas de diferentes núcleos familiares deixam temporariamente seus próprios cultivos para colaborar com outros núcleos em atividades essenciais do calendário agrícola ou em momentos de crise (como doenças ou a destruição causada por eventos climáticos). Há uma reciprocidade duradoura. O trabalho coletivo ganha vida também em técnicas específicas, como a debulha do feijão, quando as pessoas se juntam para bater as vagens dos feijões, soltando os grãos.

Apesar da relevância de tudo que as roças e hortas envolvem, os quilombolas não estão isentos dos problemas que outros grupos camponeses vivem. Em particular, a continuidade do êxodo rural dificulta a sucessão intergeracional da atividade agrícola. Além das adversidades características do serviço nas roças, é preciso levar em conta que as comunidades quilombolas devem equilibrar pelo menos dois outros fatores. Em primeiro lugar, como a maioria dos quilombos não possui terras tituladas de acordo com sua proposta de delimitação territorial, o solo disponível para o cultivo é pouco. No mais, porque a atividade agrícola costuma ser apenas uma parte do trabalho das famílias quilombolas, a necessidade de inserção em outros empregos reforça o afastamento de uma especialização dos mais jovens nos conhecimentos da agricultura tradicional.



Terno de reis e ternos de santos padroeiros

Manifestação musical e religiosa tradicional em vários contextos católicos no Brasil, o Terno de Reis é mantido também nas comunidades quilombolas do Litoral Médio. Algumas comunidades hoje apenas guardam as memórias das antigas celebrações, lembrando alguns versos cantados. Outras, como Casca e Capororocas, escolheram referenciar diretamente a tradição ao longo do inventário. Em alusão à narrativa bíblica do percurso dos três reis magos que visitaram Jesus na ocasião de seu nascimento, a prática do Terno de Reis é composta por um conjunto de pessoas que, entre os dias 25 de dezembro e 06 de janeiro, visita as casas das pessoas numa determinada localidade, tocando uma série de instrumentos e cantando versos que anunciam o nascimento divino. É comum que a celebração se divida em três etapas: a chegada, o louvor e a despedida. Assim como o grupo de terno oferecia os versos de boas novas, os anfitriões das casas por onde passavam os cantantes ofertavam comidas especialmente preparadas para a ocasião.

Talvez menos difundidos em outras regiões do estado e do país, os ternos juninos envolvem também cantos de louvor, mas em vez de se centrarem no nascimento de Jesus, referem-se a uma série de santos padroeiros cujas datas celebrativas ocorrem entre junho e julho. No Litoral Médio, as devoções

cantadas são dirigidas a santos como São João, São Pedro, Santo Antônio e Sant'Ana.

Hoje, cantores e músicos praticantes dos ternos veem diminuir sua atuação no percurso pelas casas de sua vizinhança ou comunidade, onde a prática depende das contrapartidas alimentares de diversos anfitriões. Em compensação, os grupos tentam permanecer atuantes em apresentações situadas em eventos de música ou em estabelecimentos como escolas e asilos. Recentemente, alguns deles conseguiram organizar, por meio de projeto cultural, atividades de resgate dos ternos, em que os músicos das próprias comunidades ensinavam os instrumentos aos mais jovens. A comunidade da Casca, por exemplo, afirmou dispor dos instrumentos musicais necessários, mas notou que a iniciativa de ensino voltada tanto para crianças quanto para adolescentes talvez não tenha sido tão eficaz justamente por mesclar diferentes idades.

Em todo caso, a expressão musical e religiosa dos ternos ilustra bem as contradições vividas pelos quilombolas, desde o testemunho de uma diminuição de praticantes, passando pelas transformações nos contextos de cantoria, até o esforço coletivo e formalizado em políticas culturais para revitalizar a inspiração e as técnicas que estão por trás dessa forma de expressão. Na verdade, podemos ir mais longe e identificar que, se a realidade dos ternos, uma manifestação que já foi bastante difundida Brasil afora, hoje encontra guarida em poucos lugares, os quilombos do Litoral Médio são um desses locais-chave de uma preservação cultural ampla.



Culinária Tradicional

Toda a agrobiodiversidade das roças, hortas e criações é multiplicada quando os elementos produzidos ingressam na cozinha, transformando-se em ingredientes e, depois, em pratos variados. Várias comunidades se referem ao passado e à identidade atual por meio de referências às comidas que preparavam e, em certos casos, que preparam ainda hoje.

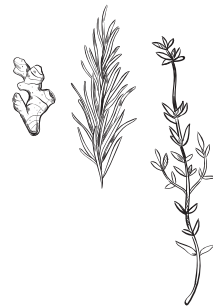
Uma série de receitas foram citadas nas entrevistas do inventário – em conversas conduzidas ao lado do fogão. Os quilombolas mencionaram o bolo de feijão, o sarrabulho, as canjicas doce e salgada, a jacuba, a farinha de cachorro, o pão de canela, a linguça, o chá de mate, a broa de milho, o “nego” deitado, o revirado apelidado de “cadela oqueira”, o carreteiro com charque, o angu, entre outros. Como em outros lugares no Rio Grande do Sul, o charque era bastante utilizado por sua qualidade de conservação da carne. De forma semelhante, nos quilombos habituados à pesca, o peixe era preservado mediante um processo de secagem.

Algumas comidas apareceram com mais frequência nas conversas. Uma delas foi o angu, feito a partir da mistura da farinha fina de milho catete (chamado também de milho branco) com água, banha e sal. Seu consumo era muitas vezes acompanhado de gemada. Os relatos apontam que o angu era uma das

principais bases alimentares, mais comum do que o arroz no dia a dia. A bem dizer, o prato era tão frequente antes que hoje, mais do que compor um prato local, o angu é lembrado como elemento marcador dos períodos de escassez, quando não havia muito mais a que se recorrer para a alimentação da família. O mesmo se diz acerca do feijão miúdo também muito presente nos tempos difíceis. Essa ambiguidade entre identidade culinária e memórias aflitivas convida para que não sejamos ingênuos. Se as mudanças na mesa de jantar traduzem bem a realidade das comunidades, isso não deixa de incluir os efeitos da desigualdade social, que, no caso quilombola, são particularmente agudos. Segurança alimentar – ter o que comer – não é o mesmo que soberania alimentar, ou seja, a autonomia para escolher os rumos da produção e do consumo da alimentação, e o passado, bem como o presente, das comunidades quilombolas é marcado por uma busca de soberania.

Resta evidente que alimentação tem sido um dos principais palcos de mudanças no cotidiano de toda a população. Também os quilombolas reconhecem que a chegada de alimentos industrializados promoveu um rearranjo a sua culinária. No entanto, uma pista importante para não concluir que eles são indiferentes a tais transformações está em seus comentários sobre o caráter saudável dos alimentos tradicionais, consumidos sobretudo pelos mais velhos. Sem a intenção de entrar aqui no mérito nutricional dessa afirmação, podemos nos deter sobre algo que está subentendido nela: tem uma alimentação saudável quem come os produtos locais preparados segundo os critérios locais. Curiosamente, é uma dieta tradicional que faz com que as pessoas consideradas mais saudáveis sejam os idosos, e não os mais jovens.

Embora as iniciativas de patrimônio cultural tenham uma limitação evidente no que diz respeito ao fomento da produção agrícola ou à capacidade de consumo nos mercados, há ações que as comunidades sugeriram como meio para manter vivas certas tradições alimentares. A principal sugestão foi a de elaboração de um livro com receitas típicas das comunidades quilombolas do Litoral Médio, o que poderia servir tanto para registrar os preparos existentes quanto para instruir as próximas gerações que quiserem dar continuidade a essa culinária. Segundo outras indicações, tal publicação poderia ser complementada pela promoção de oficinas culinárias, em que as pessoas das comunidades poderiam ensinar às demais, sobretudo, às mais novas, os saberes e os truques de preparo que um livro não é capaz de transmitir.



Referências Tradicionais de saúde: ervas medicinais, benzedouras e parteiras

Quando começavam a falar sobre o passado, os quilombolas citavam diversas pessoas marcantes na história da comunidade, entre elas, várias parteiras e benzedeiras. Podemos nos referir a esses dois ofícios como referências tradicionais de saúde, mas devemos ter em mente que, neste caso, saúde inclui técnicas de cuidado, cura e proteção tanto do corpo quanto do espírito.

Hoje já não existem parteiras exercendo seu ofício. Com a instalação dos hospitais e a difusão de meios de transporte entre o campo e a cidade, foi-se o tempo dos partos em casa, dos umbigos enterrados na terra onde se vivia. Ficam, contudo, as lembranças da valentia das parteiras, que atendiam ao chamado do ofício mesmo de madrugada, ou em locais distantes, seja qual fosse a ocasião. Garantir que a criança nascesse era só uma parte do trabalho. “Partejar”, como falavam, envolvia ainda acompanhar o parto com rezas e prescrever a rotina de repouso da mãe, inclusive sua alimentação. A principal memória dessa época para os homens mais velhos, então garotos, era a incumbência de buscar a cavalo a parteira no momento necessário. Para as mulheres mais velhas, obviamente, as imagens que permanecem são as dos cuidados a elas dedicados nesses instantes.

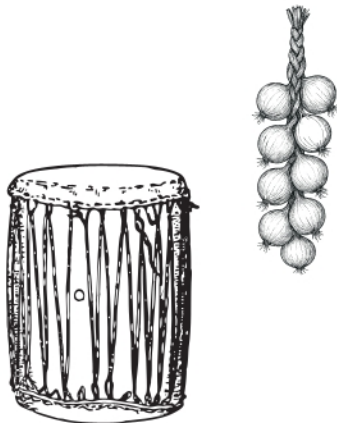
Benzedeiras ainda existem nas comunidades quilombolas, mas em menor número do que

antigamente e sem muita garantia de que seus dons serão passados adiante. As benzeduras respondem aos problemas que o corpo pode enfrentar. No vocabulário da medicina popular, elas benzem para bicheira, sapinho, mau-jeito, e até a insolação que resulta do trabalho por horas a fio na roça, debaixo de sol quente. Havia também quem benzesse os animais de criação. Tal como o ofício das parteiras, saber benzer é uma responsabilidade onerosa. Ao mesmo tempo que exige ampla disposição e generosidade de quem benze, requer que a benzedeira reconheça que suas habilidades não são, em última instâncias, suas, mas dos poderes divinos que simplesmente a atravessam. Esse comprometimento se reflete no fato de que as benzeduras geralmente só podem ser ensinadas se o aprendiz aceitar expressamente o ofício.

Ao passo que já não existem parteiras e que há cada vez menos benzedeiras, o uso de ervas medicinais permanece bastante ativo. Essas plantas são mantidas nas hortas das casas ou encontradas ao longo do território. Os relatos apontam que muitos quilombolas recorrem aos medicamentos de farmácias apenas se um primeiro tratamento à base de chá não tiver sido bem-sucedido. Sem recorrer a uma lista de ervas, vale indicar que a variedade de benefícios mencionados inclui tanto a capacidade de remediar quanto prevenir e fortalecer o corpo. Que o emprego das ervas persista no cotidiano das comunidades não significa que ele esteja isento de dificuldades semelhantes a tantas outras vivenciadas pelos quilombos. Na comunidade da Vila Nova, por exemplo, algumas áreas onde os quilombolas obtinham suas ervas foram tomadas pelo avanço territorial dos Pinus, situação que se agrava tanto pelo plantio dessa árvore para a exploração econômica quanto pela intensa dispersão natural de suas sementes.

Já vimos que os quilombolas consideram que a culinária tradicional produz corpos fortes. As práticas de saúde, por sua vez, são responsáveis por manter ou repor esse vigor. Nos dois casos, o que está em jogo é o fato de que o território, ao mesmo tempo que é produzido pelas relações sociais dos quilombolas, é, ele mesmo, um produtor de pessoas, que consomem, na forma de alimentos e chás, as suas substâncias que nascem da troca entre a terra e as mãos.





Réstia de cebola, encouramento de tambor e outras habilidades manuais

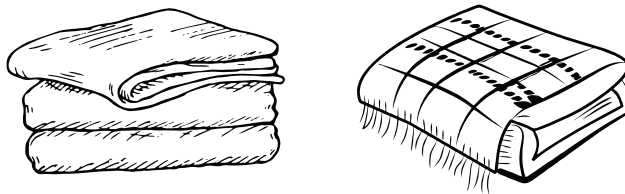
Fruto das atividades produtivas no cultivo comercial da cebola do século passado, os quilombolas mais velhos mantêm o hábito de acondicionar suas cebolas na forma de réstias. A réstia nada mais é do que um trançado feito, na região do Litoral Médio, a partir do junco coletado em áreas de banhado. Uma vez extraído, o junco começa a secar e deve ser umedecido no momento de o trançar. O processo do trançado cruza o junco às ramas das cebolas colhidas até que um nó de arremate conclui o conjunto.

O ato de fazer as réstias de cebola era conduzido pelas famílias, geralmente à noite e mesmo de madrugada. Hoje, com a fiscalização ambiental em torno da extração do junco e, de modo mais importante, com o sistema de acondicionar e transportar as cebolas em unidades de saca, as réstias já não preenchem os galpões do Litoral Médio. Ainda assim, os mais velhos preservam o costume como um meio de demonstração de habilidade manual e um método para contar histórias sobre seu antigo cotidiano de trabalho.

Além das réstias, os quilombolas do Litoral Médio mencionaram a confecção de outros artefatos ligados aos processos de trabalho. O couro era trabalhado para compor as peças de montaria e

para a atrelagem dos animais de tração. A partir do vime, se faziam cestos para transportar o “cebolinho”. Com suas mãos, faziam também produtos para venda, como cobertores a partir da lã das ovelhas criadas localmente. No âmbito da economia doméstica, as habilidades se voltavam para a costura e o tricô. Para tanto, usavam agulhas de arame, e até mesmo de vime. Apesar da ênfase produtiva dessas técnicas, havia espaço para artefatos mais lúdicos, como quando certos artesãos transformavam a madeira da cortiça do mato em miniaturas de embarcações.

A tecnologia quilombola está ligada ainda a outra referência cultural importante, o ensaio de pagamento de promessa. Se o tambor marca o ritmo e constitui a musicalidade religiosa, ele próprio precisa ser construído. Foi em atenção à fabricação artesanal desse instrumento que se destacou a referência do encouramento do tambor, ou seja, o processo de preparar e encaixar o couro na forma de uma membrana esticada que será golpeada durante o ato da percussão. O couro em questão é extraído da ovelha, ao passo que as bordas do instrumento são feitas com o trançado de palmeira ouricana, espécie difícil de ser encontrada hoje. É somente com essa combinação técnica de matérias que se consegue alcançar o timbre peculiar do tambor dos ensaios de pagamento de promessa. De acordo com uma entrevista do inventário, atualmente somente algumas pessoas mais velhas detêm o conhecimento para fabricar novos tambores desse tipo. Se a transmissão das referências musicais e religiosas é muito importante para os quilombolas, pode-se dizer que o ensino do método construtivo dos instrumentos feitos à moda local é igualmente relevante.





Ensaio de pagamento de promessa

Quando grandes anseios invadem as vidas no Litoral Médio, uma das principais reações é fazer uma promessa à Nossa Senhora do Rosário com a esperança de que a situação tenha um desfecho positivo. Quando o pedido é atendido, cabe aos promesseiros honrar a Santa com um rito peculiar. Trata-se do ensaio de pagamento de promessa, também chamado de quicumbi. No entanto, não é qualquer pessoa que consegue cumprir a cerimônia. Cabe à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com seus dançantes (incluindo aí o tamboreiro e o pandeirista), cumprir a promessa por meio de uma cerimônia cantada e dançada ao longo de cerca de doze horas, ou melhor, desde o pôr do sol de um dia até o seu nascer no próximo. Para recompensá-los, o promesseiro deve oferecer um banquete aberto a todos os presentes durante a noite e a madrugada do rito. Além disso, deve-se compor um altar especial para a ocasião. Se os dançantes são todos homens, boa parte da organização indispensável à realização do ensaio depende das mulheres. Elas preparam o espaço que receberá o rito e os diversos pratos dos banquetes. Além disso, contribuem com rezas e com a eventual lembrança de versos das cantigas entoadas pelos homens.

As promessas devem ser pagas mesmo após a morte do promesseiro original, tornando-se, nesse caso, atribuição de seus familiares organizar o evento. Se o pagamento não foi feito, corre-se o risco da

alma do promesseiro permanecer intranquila no outro mundo. Sem detalhar cada etapa, vale apontar que a sequência cerimonial abrange embaixadas, tomo da benção, cantigas da boca da noite, cantigas da madrugada, cantigas do amanhecer, cantiga da despedida, cortejo de saída e cantiga na rua.

Atualmente existem na região do Litoral Médio as Irmandades de Mostardas e de Tavares. A sua indumentária é um dos seus principais distintivos do ensaio de pagamento de promessa, em especial seus barretes em tecido azul, nos quais bordam signos religiosos. Ultimamente, como recurso de difusão da cultura quilombola e afirmação identitária, as Irmandades fazem “apresentações”, isto é, demonstrações públicas do rito, mas em modo condensado (cerca de vinte muitos) e sem as implicações sagradas e a solenidade de um ensaio efetivo, em que há uma promessa em jogo. Aliás, os quilombolas são enfáticos quando distinguem a cerimônia do ensaio de outras promessas ou outras expressões musicais. Não é qualquer promessa que pode mobilizar um ensaio. Causas pequenas não são dignas de um exercício religioso que, embora envolva algum grau de fruição, é considerado penoso, “um sacrifício”, como costumam dizer no Litoral Médio. Basta lembrar que são horas a fio de dança e canto durante a madrugada. Para condizer com essa seriedade, a motivação por trás de uma promessa a ser paga no ensaio costuma incluir problemas de saúde, receio com as colheitas e outros momentos críticos na vida de uma pessoa ou família. Por tudo isso, os quilombolas não o confundem com diversão, reservada para outras ocasiões.

Sobre a história dos ensaios, os mais velhos narram o evento em que a Santa, trazida em um navio que naufragou na costa da região, foi carregada para a margem por um rapaz negro, que durante o percurso de resgate recebeu dela os dons de gingar e cantar. Assim, os escravizados formaram suas Irmandades e passaram a pagar os ensaios de promessa como forma de cura. Aos poucos, também os brancos da região reconheceram a eficácia do rito e passaram a chamar os escravizados para fazerem seus ritos dentro de suas próprias casas, ao contrário do que acontecia até então, quando essa prática religiosa precisava se refugiar nos espaços ocultos de mata. Desde então, o ensaio de pagamento de promessa é uma referência negra e quilombola que, além de ser suscitada pela promessa dos negros devotos à Nossa Senhora do Rosário, é eventualmente solicitada por promesseiros brancos. Em todo caso, os mais velhos dizem que a atual presença de médicos na região fez diminuir a procura pela intervenção divina mediada pelas Irmandades.

Na última década, os quilombolas de Capororocas elaboraram uma apresentação cênica como forma expressiva e método pedagógico para difundir sua identidade por meio da história do ensaio de pagamento de promessa. O teatro “Raízes Culturais”, composto principalmente por um grupo de jovens, encena uma versão da origem do ensaio, incluindo o episódio do perdão ao tico-tico, ave que personifica as atitudes dos brancos escravistas e que, ao fim da peça, se arrepende diante de Nossa Senhora do Rosário. Ao comentar o passado dos ensaios, a peça introduz uma nova variação artística em torno de uma referência consolidada. O grupo se apresenta nos municípios próximos com o objetivo de difusão do contexto histórico das comunidades quilombolas e das exclusões sociais por elas vivenciadas. Os artistas quilombolas sentem, porém, a falta de apoio público.

Em resumo, o ensaio de pagamento de promessa é um rito complexo que se fundamenta numa rede simbólica reunindo dimensões musicais, coreográficas, visuais, alimentares, entre outras. Os ensaios ligam os humanos à Santa, a culinária à fé, os vivos aos mortos, uma história que remete à escravidão (e as formas de tentar superá-la) ao presente de divulgação autônoma da cultura quilombola, uma referência específica dos quilombos aos outros grupos sociais da região. Trata-se também de um dos principais meios de articulação regional das redes formadas pelas comunidades quilombolas do Litoral Médio. Por isso, é importante dar um aceno em direção a um rito correlato, o maçambique, hoje praticado pela comunidade negra do município de Osório, originária do quilombo de Morro Alto, hoje situado em Maquiné. O ensaio de pagamento de promessa e o maçambique, embora sejam cultural e historicamente distintos, compartilham um ordenamento simbólico semelhante. No entanto, por ora, compete apenas indicar a necessidade de se aprofundar nas semelhanças e diferenças entre essas duas expressões negras do litoral gaúcho.





Lagoa do Capivari, Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e imagem da Santa

Para a comunidade da Costa da Lagoa, a Lagoa do Capivari serviu historicamente de refúgio para as famílias que passaram a viver em seu entorno. Ali as mulheres exerciam o trabalho de lavadeiras, lavando roupa para a vizinhança. Também a pesca artesanal despontou e segue praticada por algumas das pessoas mais velhas do local. Foi com o barro e o junco extraídos da lagoa que muitos construíram suas primeiras casas. Na época, a água da lagoa era mais clara do que hoje. Para os quilombolas, a implementação das lavouras de arroz nos arredores da comunidade fez com que as águas ficassem cada vez mais turvas e com cada vez menos peixe. Até mesmo o antigo caminho à cidade de Palmares do Sul, centro mais próximo para conduzir as atividades econômicas, seguia as margens da lagoa. Também nas suas águas aconteciam os batismos.

Até hoje é na lagoa que termina a procissão local da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Na comunidade, a celebração acontece no segundo final de semana de fevereiro, durando desde sexta-feira até domingo. No centro das devoções está a imagem da Santa, que é mantida em uma pequena casinha erguida no ponto principal de entrada do quilombo. Ao longo de todo o ano, aquele é um lugar acessível para as expressões cotidianas de fé por parte dos quilombolas. Trata-se de uma referência cultural de tipo

material, haja vista seu caráter de edificação, embora pequena, e que exige cuidados e reparos da comunidade ao seu redor.

Por sua vez, a festa, além de ser um momento especial para os moradores da comunidade, é a ocasião em que muitos visitantes, vários deles parentes, voltam a se juntar no quilombo. É no último dia de festa que a procissão percorre as ruas do quilombo em direção à lagoa. O almoço é servido debaixo de figueiras centenárias ao redor da sede comunitária, onde também se dança ao som de artistas locais e regionais. Tendo em vista esse conjunto de vínculos, a preocupação dos mais velhos da Costa da Lagoa é que toda essa história de intimidade com as águas seja esquecida se não houver uma preocupação voltada à manutenção das memórias e à preservação do ecossistema.



Associações quilombolas e suas sedes

Parte integrante das atuais referências culturais quilombolas está ligada à memória do processo político de autoafirmação étnica no começo dos anos 2000, época de consolidação da legislação acerca da certificação das comunidades quilombolas e da titulação do seu território. Datam desse momento as associações criadas pelas comunidades quilombolas para a organização formalizada de suas demandas por direitos sociais previstos. Enquanto as reuniões comunitárias passavam a marcar o cotidiano dos quilombos, crescia a necessidade de espaços próprios para essas atividades coletivas. Hoje a maior parte das comunidades do Litoral Médio conta com sedes próprias para a sua associação. As que ainda não possuem uma edificação do tipo se mobilizam em busca de recursos e apoio para sua construção. Aquelas que já a possuem se esmeram em manter, reformar ou ainda ampliar os prédios existentes.

Em todo caso, permanecem as lembranças das reuniões feitas há mais de duas décadas, quando, na falta de um lugar fixo, os quilombolas discutiam sua luta em casas, igrejas, clubes ou ao ar livre, debaixo das árvores da região. Na comunidade do Limoeiro, enquanto construíam a sede atual, os quilombolas se juntavam na antiga escola da localidade, a qual mantêm como referência importante do seu passado recente. Por sua vez, em Morro Alto, a própria associação Rosa Osório Marques figura em

lugar de destaque no inventário das expressões locais. Nesses dois casos particulares, e nos demais ao longo do Litoral Médio, a lição das comunidades quilombolas é de que o próprio processo de reivindicação identitária e territorial gerou uma manifestação histórica e cultural peculiar, cujas memórias são tão políticas quanto afetivas. Não é para menos: as associações e suas eventuais sedes dão espaço para as discussões internas ao quilombo, servem de local para a recepção de órgãos e instituições externas, recebem atividades educativas, além de festas comunitárias.

Morro Alto

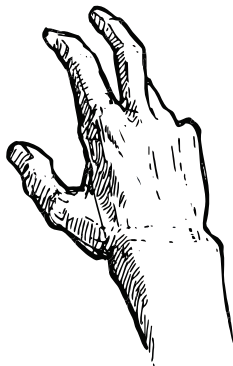
A comunidade quilombola de Morro Alto toma seu nome emprestado da referência geográfica conhecida como “Morro Alto”. De acordo com os relatos, o caráter acidentado e íngreme que caracteriza tal relevo favoreceu o assentamento dos escravizados. Tal localidade foi formalmente doada em testamento por parte de Rosa Osório Marques aos negros que ela mantinha em cativeiro. As memórias mais recentes se dirigem ao tempo do trabalho nas lavouras situadas nas regiões mais altas do morro, cuja produção era depois escoada em Osório. Até hoje o pertencimento ao morro é sinalizado em vários materiais visuais que os quilombolas produzem como identificação da sua associação ou nas publicações das quais participam.

Parte significativa desse vínculo entre a comunidade e o seu ambiente se dá em resposta aos projetos de infraestrutura que afetam a vivência no Morro Alto. Nos anos 2000, o morro foi perfurado para a construção de um túnel de passagem da BR-101, que, além disso, foi duplicada no interior de porções do território quilombola reivindicado. Outro tipo de atividade econômica predatória presente

no Morro Alto é a mineração das pedreiras, situadas na sua base. Os quilombolas se queixam dos efeitos negativos à natureza e às pessoas, que sofrem com as consequências dos fortes explosivos, a exemplo de rachaduras provocadas nas moradias próximas, de vidros quebrados e de problemas respiratórios. A comunidade identifica ainda tais explosões como responsáveis pela diminuição das vertentes de água, antes abundantes no topo do relevo. Segundo seus relatos, a água afetada levou à diminuição das espécies vegetais e animais que ali viviam. Por essas razões, uma das reivindicações quilombolas é que haja maior regulamentação das atividades mineradoras no local. Essas objeções acenam para uma característica central da luta quilombola pelos seus territórios, isto é, o fato de que sua interação com o espaço não se resume à obtenção de hectares para usufruto próprio, mas de preservação das qualidades sensíveis de ecossistemas com os quais os quilombolas se orgulham de conviver há gerações.

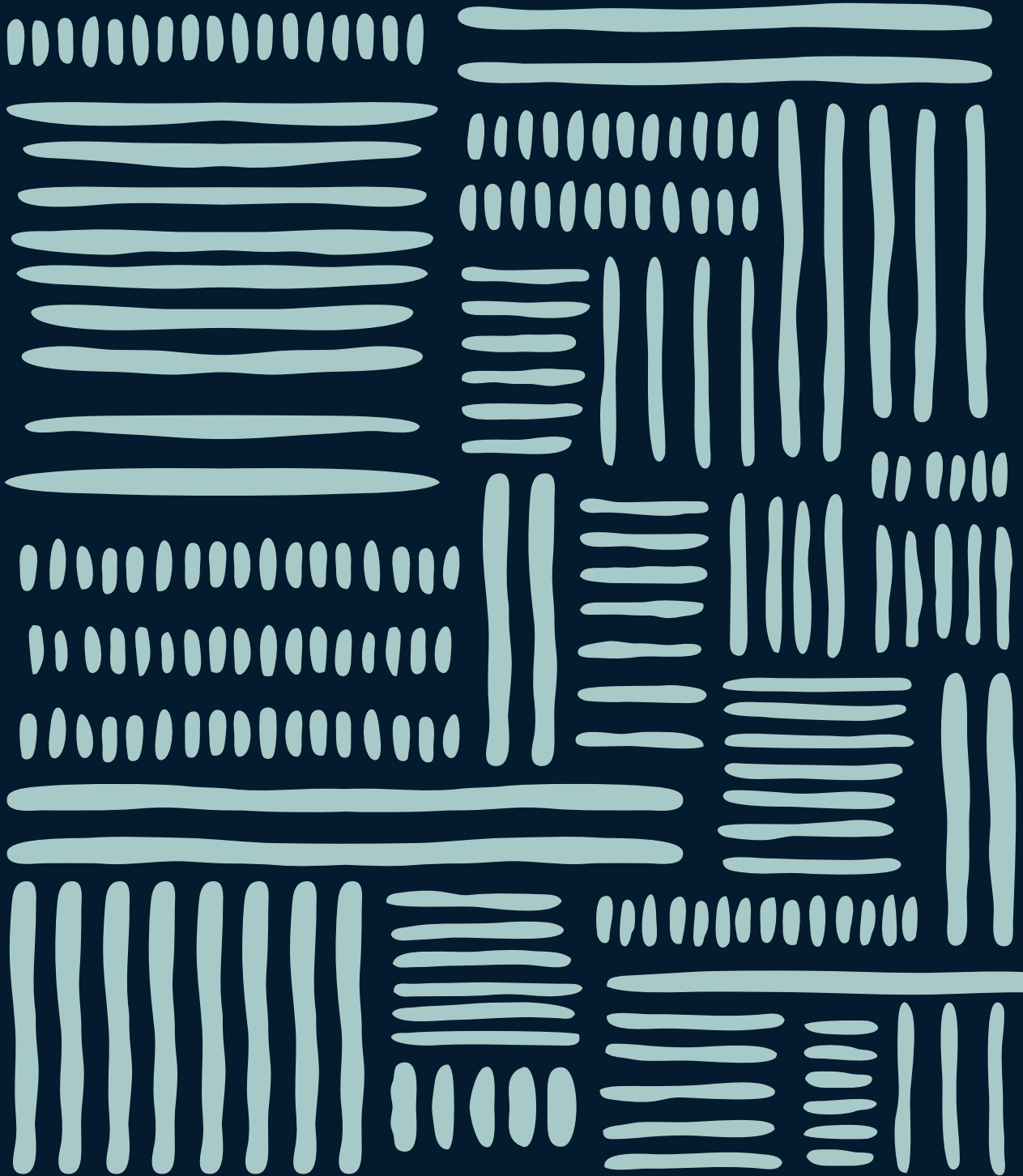
Casa-grande e senzala de Morro Alto

De acordo com os quilombolas de Morro Alto, os munícipes de Maquiné costumam a reconhecer a presença histórica da escravidão e, conseqüentemente, de um quilombo no território local. Nesse sentido, a existência das edificações de uma casa-grande e uma senzala é uma das referências que os quilombolas da comunidade do Morro Alto mantêm como evidência do passado escravista. Hoje, a estrutura das edificações persiste apenas na forma de ruínas em um espaço de mata. Além disso, seu acesso é controverso, embora dentro da área pleiteada pela titulação quilombola, na propriedade de um membro da comunidade. É para garantir o caráter público da memória quilombola e, a partir disso, a visibilidade da comunidade na história de Maquiné, que os quilombolas de Morro Alto reivindicam também a possibilidade de patrimonialização dessas estruturas físicas que resistiram ao tempo.



Causos de assombração

Um dos vínculos mais marcantes entre gerações são as narrativas que os mais velhos contam aos mais jovens. Chamados de “causos” ou de “histórias dos antigos”, esses enredos costumam situar episódios extraordinários no tempo e no espaço da comunidade quilombola. No Litoral Médio, os causos versam sobre lobisomens, bolas de fogo (também conhecidas como boitatá), uma mulher toda vestida de branco, a pescaria assombrada, entre outros. Os cenários recorrentes são espaços liminares, ou seja, de ambiguidade e transição, a exemplo de estradas, cemitérios e áreas de mata. Tão importante quanto o conteúdo dessas narrativas é a forma de contá-las de modo cativante. Assim, conhecer os causos é tanto uma forma de acessar um repertório de seres concebidos e, ao que consta, testemunhados pelos quilombolas, quanto um caminho para perceber os critérios de produção e recepção de toda uma poética camponesa necessária para que as histórias sejam convincentes e comoventes.





Ramas – Limoeiro, Palmares do Sul

Proposições para a política cultural quilombola

Ao mesmo tempo que narravam as referências culturais que mantêm em suas comunidades, os quilombolas discutiam os problemas para a continuidade dessas atividades ou da memória de sua dimensão histórica. A abordagem do inventário tentou compreender essa consciência social já existente em torno da reflexão quilombola sobre sua própria cultura e os meios ou obstáculos para garantir sua continuidade nos termos desejados pelas próprias comunidades.

A descrição das referências nas páginas anteriores já inclui comentários nesse sentido. Cabe agora ordená-los sucintamente na forma de proposições. Cada uma das seis proposições foi primeiro elaborada pela análise do conteúdo do inventário e, depois, discutida com as comunidades em reuniões conjuntas por município. Algumas proposições geraram debates mais longos e exigiram, para sua reformulação, maior extensão textual. Por isso, o leitor notará que algumas são maiores do que outras, o que não representa menor preocupação com esse ou aquele assunto. A tentativa foi de compatibilizar as sugestões apresentadas e o debate ocorrido nas várias reuniões.

As proposições foram redigidas para conterem em seu primeiro parágrafo a identificação de um problema em comum nas várias comunidades e, no segundo, encaminhamentos possíveis para a transformação da realidade atual. Idealmente, tais encaminhamentos devem ser detalhados no futuro, tendo em vista as particularidades de cada quilombo e município.

Proposição nº 1: a diversidade das hortas e dos pratos

As comunidades quilombolas do Litoral Médio vivenciam desafios de soberania alimentar (o direito de os grupos sociais definirem em seus próprios termos o sistema de sua alimentação), sobretudo por problemas na manutenção de cultivares e da transmissão de receitas tradicionais. As mudanças climáticas e a contaminação ambiental promovida pelos agrotóxicos utilizados nas fazendas da região reforçam tal problema e dificultam a interpretação dos indicadores do ambiente com que as comunidades costumam basear suas estratégias de cultivo.

Indica-se o apoio estatal na logística de feiras de trocas de sementes, ramas e mudas, além de bancos de conservação dessas variedades crioulas. Tais trocas devem ser acompanhadas de informações sobre os cuidados específicos de cultivo e manutenção que cada variedade exige. Convém ainda que essa difusão de conhecimentos tradicionais seja complementada por estudos científicos sobre a atual composição do solo nas comunidades a fim de que possa indicar tratamentos adequados às novas condições ecológicas. Uma das sugestões correntes entre os quilombolas é que tais dicas de cultivo, assim como as receitas culinárias e de chás, sejam reunidas em uma publicação a ser distribuída entre as comunidades por meios físicos e digitais.

Proposição nº 2: a manutenção das habilidades tradicionais

Segundo os relatos dos mais velhos, as gerações mais novas de quilombolas não aprenderam algumas das habilidades tradicionais, incluindo técnicas de artesanato, métodos de construção de instrumentos musicais e certas atividades de trabalho.

A salvaguarda deve conectar as gerações por meio da promoção de oficinas ministradas pelos mais velhos, podendo incluir intercâmbios entre comunidades. Deve-se incentivar também que os próprios quilombolas mais velhos relatem e documentem os conhecimentos envolvidos em suas técnicas tradicionais.

Proposição nº 3: o reconhecimento nos municípios

A falta de reconhecimento étnico-racial e territorial por parte do poder público municipal e da

sociedade não quilombola local impacta negativamente a manutenção das referências culturais.

Indica-se o desenvolvimento de estratégias para a aproximação entre comunidade e poder público municipal, executivo e legislativo, incluindo o reconhecimento das reivindicações territoriais quilombolas, a maior interação com as instituições de ensino no município, a participação das comunidades em conselhos municipais de igualdade racial e a criação de setor para atendimento das demandas das comunidades quilombolas. Em resumo, trata-se da inclusão dos quilombos na pauta do município e o reconhecimento dos direitos do quilombola como munícipe.

Proposição nº 4: acervos locais de memória

Discutiu-se o risco de perda de conhecimentos transmitidos oralmente, desde relatos históricos sobre a comunidade até detalhes sobre a prática das referências culturais.

Sugere-se desenvolver iniciativas de documentação de depoimentos orais (tanto da memória dos mais velhos quanto dos relatos por parte dos mais jovens sobre a realidade contemporânea) e acervos de artefatos e documentos para o acesso das próximas gerações das comunidades. No processo, convém capacitar agentes quilombolas para a formação e a manutenção autônomas desses acervos, cujo acesso público poderá ser regulado por decisões coletivas. De acordo com essa deliberação, os materiais levantados e acautelados poderão ser difundidos junto a órgãos, instituições de ensino e espaços públicos de escolha da comunidade. Outras iniciativas podem compor esse esforço, a exemplo de trilhas educativas mediadas pelos quilombolas em seu próprio território e a produção audiovisual a partir de cada comunidade.

Proposição nº 5: referências espaciais e seu acesso

O acesso às áreas de cultivo e extrativismo (incluindo materiais de alimentação, artesanato e ervas medicinais), bem como a lugares e edificações históricas ligados ao passado do quilombo, são limitadas atualmente.

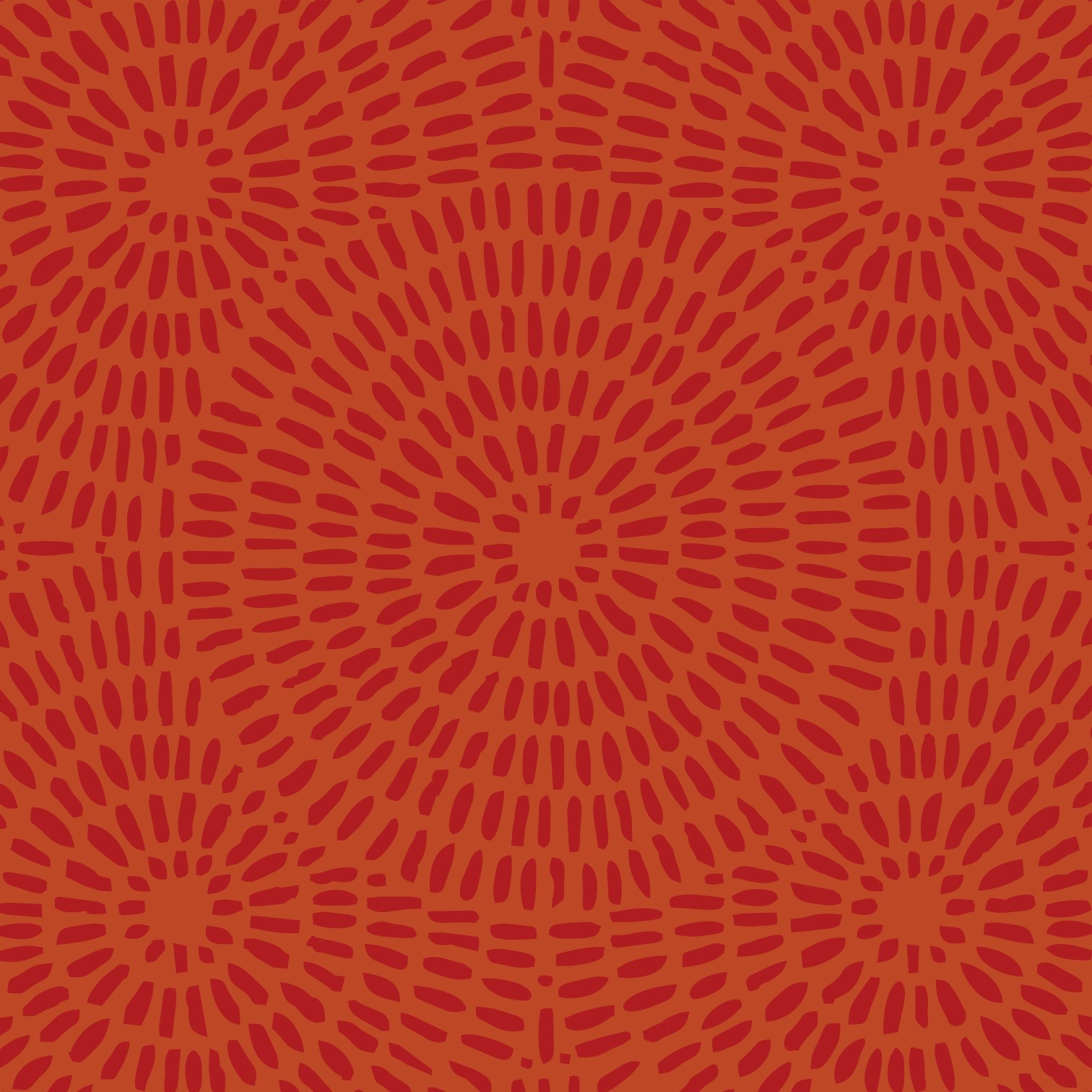
Convém que as políticas culturais sejam integradas às demandas das comunidades em relação ao território e à titulação da terra, de modo que políticas como a de tombamento de quilombos (realizada

pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) assegurem também a preservação de espaços necessários à reprodução cultural, mesmo que eventualmente fora da área em processo de regularização fundiária. É importante regulamentar o acesso dos quilombolas a marcos espaciais ligados à sua história, mesmo quando eles se encontrarem fora dos limites territoriais da titulação reivindicada junto ao Incra. Complementarmente, novos cursos e oficinas de artesanato podem contribuir para o aproveitamento econômico das matérias-primas ainda existentes nos territórios quilombolas.

Proposição nº 6: editais de fomento e projetos culturais

As comunidades apresentam dificuldades em traduzir suas práticas culturais em projetos voltados para editais de fomento à cultura. O que é mais grave, os quilombolas constantemente se veem na condição de “tema” de projetos desenvolvidos por produtores culturais sem histórico de atuação com as comunidades.

Convém realizar capacitações para o desenvolvimento de projetos com as associações quilombolas e os seus grupos de apoiadores, bem como adequar os editais à realidade quilombola, incluindo pontuação extra para bens culturais patrimonializados (sobretudo quando o proponente é a própria comunidade). É preciso também que a divulgação do lançamento desses editais seja feita por canais diretos com as comunidades e em prazos adequados para a formulação de projetos. Essas reivindicações vão no sentido de viabilizar que os recursos financeiros de cultura eventualmente obtidos possam circular no interior de suas comunidades, incluindo membros que se encontram fora do espaço do quilombo (por questões de estudo ou trabalho), mas que permanecem vinculados às atividades locais.





Culinária tradicional – Vila Nova, São José do Norte

Conclusão: quem faz o quê?

Discutidas as referências culturais e as proposições práticas, cabe indicar minimamente quais instituições ou órgãos deverão ficar responsáveis por quais tipos de ação. Ao longo deste livreto, vimos como o campo da cultura está ligado a outros, como território, economia, desenvolvimento rural, saúde, educação etc. Ainda assim, o reconhecimento dessa inter-relação deve levar em conta que o atual modelo de política pública opera por meio de distinções administrativas e temáticas, de modo que, se não soubermos formular apontamentos programáticos destinados a pastas específicas, corremos o risco de não gerar ações plausíveis ou de não possibilitar meios nítidos de cobrança do poder público. Afinal, quem faz o que no campo das políticas públicas de cultura voltadas às comunidades quilombolas?

Nas próprias comunidades quilombolas

- Manter o assunto das políticas culturais como pauta das reuniões das associações quilombolas.
- Demandar formalmente aos diversos órgãos a atuação das políticas culturais de Estado.
- Buscar o cadastro e a certificação estadual e federal como pontos de cultura, de modo a poder acessar recursos voltados à Política Nacional Cultura Viva (com a possibilidade futura de certificação conjunta de Pontão de Cultura).

Na instância municipal

Prefeituras municipais

- Fortalecer a inclusão das comunidades quilombolas na formatação dos editais municipais de fomento à cultura.
- Contemplar referências culturais das comunidades quilombolas nos inventários municipais, sejam eles de patrimônio material, imaterial ou misto.
- Tematizar a presença quilombola no município em atividades das instituições de educação locais.
- Consolidar o reconhecimento da área dos territórios quilombolas em processo de titulação.

Na instância estadual

Secretaria de Estado da Cultura (Sedac)

- Desenvolver a elaboração de editais de fomento levando em conta a realidade das comunidades quilombolas e suas referências culturais.
- Promover a capacitação técnica das comunidades quilombolas do Litoral Médio para a redação de projetos culturais.
- Difundir os materiais deste inventário e seus encaminhamentos para as Prefeituras dos municípios envolvidos no inventário.
- Aproximar as comunidades quilombolas e os gestores das pasta de cultura dos seus respectivos municípios do Sistema Estadual de Cultura por meio de participações em colegiados e em eventos de capacitação de política cultural.
- Fomentar inventários culturais de outros conjuntos regionais de comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul.
- Aprofundar o inventário cultural das comunidades quilombolas do Litoral Médio conforme

eventual solicitação de Registro de Patrimônio Cultural Imaterial.

Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)

- Contribuir para a salvaguarda das práticas agrícolas das comunidades quilombolas por meio da promoção de feiras de trocas de mudas e sementes, além do fomento a bancos de sementes.
- Promover feiras de artesanato que incluam membros das comunidades quilombolas.
- Contratação de extensão rural para apoio ao artesanato quilombola.

Emater/RS-ASCAR

- Receber e distribuir as demandas culturais das comunidades quilombolas para os órgãos municipal e estadual de cultura.
- Contribuir para a salvaguarda das práticas agrícolas das comunidades quilombolas por meio da promoção de feiras de trocas de mudas e sementes, além do fomento a bancos de sementes.
- Manter a comunicação direta com as comunidades para informá-las sobre atualizações das políticas culturais municipais, estaduais e federais.

Na instância federal

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

- Desenvolver dispositivos de cooperação técnica com o Estado do Rio Grande do Sul para possibilitar a participação de servidores públicos estaduais na execução dos Relatório Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades quilombolas do Litoral Médio que ainda não tenham completado tal etapa técnica em seu processo de titulação.

Fundação Cultural Palmares (FCP)

- Desenvolver a articulação administrativa para que a expedição da certificação de comunidade

quilombola possa agir como documento suficiente para o cadastro do quilombo certificado como Ponto de Cultura.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

- Inteirar-se das políticas de patrimonialização estadual voltadas às comunidades quilombolas e articulá-las com as políticas de patrimonialização federal.

Para saber mais

Durante a escrita desta publicação, os estudos abaixo complementaram as informações obtidas no inventário. Eles podem servir de leitura para os que quiserem se aprofundar nas referências culturais dos quilombos do Litoral Médio.

BARBOSA, Luciene Mourige. “O Ensaio é na batida do tambor”: uma etnografia do ritual de pagamento de promessa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Tavares-RS. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7430>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BORGES, Jorge Amaro de Souza. O Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio como instrumento de conquista de direitos! História em Revista, v. 29 n. 1, p. 188-211, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/25806>. Acesso em 29 ago. 2025.

KROEFF, Denise et al. Diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Seapi / D D P A , 2023. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202308/25102731-livro-quilombolas-final-ebook-02-1.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LUCAS, Maria Elizabeth; LOBO, Janaina. O ensaio de promessa de quicumbi entre quilombolas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Iphan/GEM-PPGMUS-UFRGS, 2013.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. O litoral negro do Rio Grande do Sul: campesinato negro, parentescos,

solidariedades e práticas culturais (do século XIX ao tempo presente). São Leopoldo: Oikos, 2025. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/O%20litoral%20negro%20do%20RS%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

PRASS, Luciana. Maçambiques, quicumbis e ensaios de promessa: musicalidades quilombolas do sul do Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2013.



Sambaqui – Casca, Mostardas

As imagens reproduzidas nesta publicação foram produzidas por: Fernando Kluwe Dias (Seapi): fotografia da capa e das páginas 8, 22, 29, 67, 73. Solange Brum (Sedac): fotografia da página 12. Escritórios Municipais da Emater/RS-Ascar: fotografias das páginas 36 e 61.



SECRETARIA DE
**DESENVOLVIMENTO
RURAL**

SECRETARIA DA
CULTURA



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

O futuro nos une.